

Relatório de Atividades e Contas

2023



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	3
MENSAGEM DO PROVIDOR	4
APRESENTAÇÃO	5
OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS NA GESTÃO	5
ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS	6
Assembleia Geral	6
Mesa Administrativa	6
Definitório	6
RECURSOS HUMANOS	7
RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO	7
ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	8
ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL	8
Internato N ^a . Sr ^a . da Conceição	8
Centro de Dia	9
Apoio Domiciliário aos Irmãos	9
ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO	10
Culto	10
Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres	10
Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa	10
Capelas Mortuárias	10
ÁREA OPERACIONAL SAÚDE	11
Unidade de diagnóstico e tratamento	11
NOTAS FINAIS	11
MAPAS DE CONTAS DE 2023	13



ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Matosinhos são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório. Os titulares dos Órgãos Sociais foram eleitos, em 2020, pelos Irmãos da Misericórdia para o Quadriénio 2021/2024.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Albano Pereira Guedes - **Presidente**

Dra. Maria do Rosário Monteiro Bandeira Marques Lóio – **Vice-Presidente**

Armando Fernandes Mesquita - **Secretário**

Dra. Maria Filomena Leite Seabra Monteiro Galante - **Secretária**

Dr. Emídio Moreira Maia – **Substituto**

Claudino Pereira da Silva – **Substituto**

Dr. Carlos Manuel de Sousa de Lima Fernandes – **Substituto**

Dr. Artur Manuel Osório Morais Araújo – **Substituto**

MESA ADMINISTRATIVA

Luís Manuel Figueiredo Branco - **Provedor**

Arq.º José António Vidal Afonso Barbosa - **Vice-Provedor**

Cândido Sequeira Pinto Gilvaz - **Tesoureiro**

Dra. Maria do Espírito Santo Carrilho Simas Santos - **Mesária**

Enf.º Alberto Pereira Morgado - **Mesário**

Dra. Clarisse do Céu Sousa – **Mesária**

Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto – **Mesário**

Dra. Susana de Carvalho Barros – **Mesária**

Rodolfo Maia Mesquita – **Mesário**

Dr. Álvaro Agostinho Fernandes Lopes – **Mesário**

DEFINITÓRIO

Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - **Presidente**

Prof. António Azevedo Cunha e Silva – **Vice-presidente**

Dra. Maria Manuela da Costa Braga - **Secretária**

Dra. Helena Cristina Sousa Pinto – **Substituta**

Dr. César Manuel Oliveira Ferreira – **Substituto**

Dr. António Manuel Cardoso Ferreira – **Substituto**



MENSAGEM DO PROVEDOR

Caras Irmãs e caros Irmãos:

De acordo com o previsto no nosso Compromisso - alínea g), do n.º 1, do artigo 39.º -, é da competência da Assembleia Geral apreciar, discutir e votar o Relatório e as Contas do exercício de 2022, bem como o Parecer do Definitório e correspondente Certificação Legal de Contas.

O relatório de Atividade e Contas é um documento em que são apresentadas informações sobre as atividades desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos em 2023, bem como o desempenho financeiro correspondente a esse mesmo período e tem como estratégia garantir a sustentabilidade, eficácia e eficiência da Instituição em todas as linhas de atividade.

Neste sentido, este documento fornece uma visão completa e detalhada do desempenho da organização, permitindo também avaliar as perspetivas futuras e tomar decisões com base em informações

concretas e confiáveis.

No entanto, a Mesa Administrativa centra-se nos factos, mantém o espírito de observação destes elementos em alerta, sem preconceitos nem resignações prematuras, apostando na ação como elemento principal para o avanço da instituição.

A chave para o futuro será a iniciativa para empreender, ter ideias e impulso para as realizar, reestruturar e investir, potenciando assim a capacidade de resposta da Misericórdia de Matosinhos a todos os níveis.

A meta será dar uma resposta cada vez mais diferenciada e humanizada aos utentes que procuram os nossos serviços, mas também a satisfação dos colaboradores da instituição para que todos os dias prestem um serviço de excelência a quem nos procura.

Através da criatividade e inovação, desenvolvemos estratégias sustentáveis para levar a Misericórdia de Matosinhos a responder cada vez mais às cada vez maiores necessidades dos Matosinhenses.

É significativo para a nossa Misericórdia o ano de 2023, ano em que iniciamos a construção do nosso primeiro Lar, construção esta que deverá estar concluída no final de 2024 e que iniciará a sua atividade, depois de equipado, ao longo de 2025.

O provedor,

Luís Manuel Figueiredo Branco



APRESENTAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos tem como missão minimizar as carências educacionais, sociais e de saúde, e de apoiar a prática de atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina social da Igreja e pela moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras de misericórdia, aplicadas ao nosso tempo. Hoje em dia intervém no campo da educação, da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 580 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a crianças, adolescentes e idosos.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

- Internato Nossa Senhora da Conceição;
- Jardim de Infância, creche “O Paraíso”;
- Jardim de Infância, creche “Biquinha”;
- Centro Infantil de Matosinhos;
- Centro de Dia;
- Apoio domiciliário a Irmãos;
- Unidade de Diagnóstico e Tratamento;
- Museu do Bom Jesus de Matosinhos;
- Casa dos Milagres;
- Capelas Mortuárias;
- Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa.

OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS NA GESTÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos observou e procurou cumprir, na sua gestão operacional e estratégica, o seguinte conjunto de valores, princípios, missão e visão:

Missão – Somos uma Instituição centrada nos Direitos da Pessoa Humana, que responde às necessidades da comunidade, de forma proativa, promovendo a cidadania e a solidariedade, contribuindo para o desenvolvimento social.



Visão – A Misericórdia de Matosinhos afirma-se pela melhoria contínua da qualidade e da excelência de serviços, de uma forma empreendedora e sustentável, reconhecida por quem a conhece e por quem dela beneficia.

Valores

- **Solidariedade:** responsabilidade na contribuição para a resolução dos problemas dos cidadãos;
- **Individualidade:** respeito pela dignidade da Pessoa (valores, crenças, etnias, ideologias, privacidade);
- **Profissionalismo:** competência, responsabilidade, ética e zelo;
- **Excelência:** elevado padrão de qualidade percebido pelos Utentes externos e internos;
- **Participação:** capacitação da Pessoa como agente do seu processo de desenvolvimento;
- **Inovação:** encontrar respostas para os problemas sociais emergentes.

ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos reuniu, em Assembleia Geral Ordinária, no mês de março, para análise, discussão e votação do “Relatório e Contas de Gerência respeitante ao exercício do ano 2022” e do respetivo “Parecer do Definitório”. Em setembro reuniu em Assembleia Geral Extraordinária e em novembro de 2023 reuniu novamente em Assembleia Geral Ordinária para análise, discussão e votação do “Orçamento e Plano de Atividades” respeitante ao exercício do 2024, e do respetivo “Parecer do Definitório”.

Mesa Administrativa

No ano de 2023, a Mesa Administrativa reuniu em 12 sessões.

A Mesa Administrativa assegurou de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

Definitório

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Definitório acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida



pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da sua atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.

RECURSOS HUMANOS

Ao longo de 2023 desligaram-se do serviço 17 trabalhadores: sete por pensão de velhice, três por caducidade do contrato de trabalho e um por acordo de revogação.

Tínhamos em 31/12/2023, 141 funcionários.

Mantêm-se as políticas de desenvolvimento de valências para a ocupação integral de todos os trabalhadores.

Ao longo dos últimos anos, o número de trabalhadores tem diminuído, mas com a abertura de 4 salas de creche, foi necessário a contração de trabalhadores, como se alcança do seguinte quadro:

Ano	N.º colaboradores
2016	140
2017	136
2018	130
2019	128
2020	130
2021	129
2022	129
2023	141

Os serviços prestados pela Misericórdia têm aumentado, quer em número dos meninos que frequentam os nossos infantários a nível do pré-escolar e do CATL, quer com o apoio domiciliário aos Irmãos e com o número de utentes que frequentam o Centro de Dia.

RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

O prédio situado na Rua José Ventura, n.º 126, da cidade de Matosinhos, foi reclassificado com a criação de duas habitações ao nível do 1º e 2º andares, obra esta que está concluída desde 2022, mas ainda não ocupada, por estar em fase de ligação à rede de energia elétrica por parte da “E-REDES”, obra que só estará concretizada em 2024.

Idêntica situação se passa em relação ao prédio da Rua D. João IV, no Porto, onde também se criaram duas habitações do nível do 2º andar, obra há muito concluída, mas cujas habitações não



Idêntica situação se passa em relação ao prédio da Rua D. João IV, no Porto, onde também se criaram duas habitações do nível do 2º andar, obra há muito concluída, mas cujas habitações não estão ocupadas, por falta de ligação de água por parte das “Águas do Porto”, o que também só deverá acontecer em 2024.

Procedeu-se, ainda, a um sem número de reparações nos vários estabelecimentos e edifícios, muito especialmente no Centro de Diagnóstico, no Centro Infantil de Matosinhos, no Paraíso, na Biquinha, no Museu, na Escola do Adro e nos jardins, a que a seguir se fará referência.

ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023, a frequência de crianças na creche, pré-escolar e catl era o seguinte:

Estabelecimento de ensino	Creche	Pré-escolar	CATL
Jardim de Infância, creche “O Paraíso”	46	101	36
Centro Infantil de Matosinhos	81	82	40
Jardim de Infância, creche “Biquinha”	81	46	-
Total	208	229	76

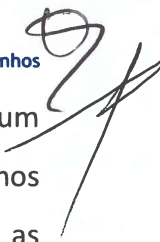
Houve um aumento da procura ao nível do pré-escolar, não se tendo esgotado a nossa capacidade; este ano letivo foi-nos permitido abrir mais 4 salas de creche (duas de 1 ano e duas de 2 anos); contudo ainda ficamos com meninos por acolher (nascidos no ano de 2023 e 2022); o CATL (centro de atividade nos tempos livres) diminuiu um pouco o nível de procura, dada a oferta do sistema público.

De referir que as vagas em creche foram excedidas devido à Portaria n.º 138/2022 e à Portaria n.º 198/2022, em que existe a obrigatoriedade de criação de vagas extra para crianças refugiadas ucranianas e crianças sob medida de proteção e acompanhamento da CPCJ, respetivamente.

ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Internato N.º. Sr.ª. da Conceição

A política legislativa europeia e nacional tem vindo no sentido de integrar as crianças e as adolescentes no ambiente familiar, em vez de as colocar num estabelecimento como o nosso. Daí que o Internato tenha cada vez menos utentes, sendo que há tantas funcionárias como meninas.



Mas já há vozes, quer em Portugal, quer na Europa, contra esta política, considerando-a um fracasso, pelo que se pensa que, a nível político, venham a existir grandes mudanças nos próximos tempos. Mas se vier a ser alterada esta política, vai demorar muito tempo, pois na Europa as grandes mudanças demoram sempre muito.

Nós continuaremos a apostar neste Internato que tem servido o Concelho e o País desde a sua fundação em 1896, ou seja, há 127 anos!

Continuamos, contudo, a repensar a sua reformulação, adaptando o Internato à nova lei, para o que temos três anos, designadamente reduzindo a capacidade e aproveitando as instalações que fiquem livres para outra ou outras valências de que a nossa sociedade necessite, sendo que temos entregue este estudo a uma arquiteta para elaboração do projeto de arquitetura.

O quadro do pessoal obrigatório para a capacidade atual de 40 meninas é de 16 funcionárias das mais diversas categorias.

Centro de Dia

Com o fim da pandemia, a procura desta valência pelos utentes tem aumentado muito e temos atingido a capacidade máxima de 40 utentes na maior parte do tempo, o que já não acontecia há muitos anos.

Tudo isto aumentou a necessidade de termos maior capacidade de resposta no transporte dos utentes, o que motivou, que em 2022, se tivesse encomendado mais uma carrinha de transporte de 9 lugares, a qual só foi entregue em 2023, dado temos apostado numa viatura elétrica para redução dos custos.

Apoio Domiciliário aos Irmãos

O aumento da procura deste tipo de apoio, que se restringe apenas aos Irmãos e aos seus familiares, continua a ser uma realidade.

O processo de legalização junto da Segurança Social desta valência para todos os Matosinhenses ainda se encontra pendente, esperando que venha a ser autorizada durante o corrente ano de 2024.

Trata-se de um apoio do maior interesse, na medida em que permite que os idosos com dependências possam continuar a viver nas suas casas.



ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO

Culto

A Mesa Administrativa colaborou e participou em várias atividades religiosas, muito especialmente nas festas religiosas em honra do Senhor de Matosinhos.

Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres

Em 2023, manteve-se a campanha de promoção do Museu, através da manutenção de um “site”, de desdobráveis promocionais, faltando a colocação de cartazes na via pública, colocação esta para a qual ainda não conseguimos obter a necessária autorização Camarária.

O número de visitas ao Museu continua a aumentar.

O movimento da “Casa dos Milagres” tem também aumentado, consolidando-se cada vez mais como uma referência da Misericórdia.

Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa

Continuou e continuará durante os próximos anos a ser efetuada a organização do Arquivo e a digitalização dos documentos.

É um trabalho hercúleo, mas imprescindível, para garantirmos a memória da nossa Misericórdia e da nossa sociedade.

Só conhecendo o nosso passado é que podemos encarar o presente e programar o futuro.

Trata-se de um setor onde o trabalho não se “vê”, mas que se sente quando não se consegue encontrar o documento desejado por ainda não estar devidamente arquivado.

Capelas Mortuárias

Como é sabido, estas Capelas são geridas por uma empresa privada, que procedeu a obras profundas de restauro e manutenção, continuando a ser prestado o mesmo serviço aos Matosinhenses.

Espera-se que, num futuro próximo, sejam reformuladas de forma profunda, ampliada a sua capacidade para cinco salas equipadas com fornos cemitérios.



ÁREA OPERACIONAL SAÚDE

Unidade de diagnóstico e tratamento

Continuámos a proceder às reparações e requalificações necessárias para conseguirmos ter o edifício todo ocupado e obter, assim, uma maior rentabilidade.

Reiteramos que uma recuperação profunda só vai ser possível depois de 2026, data em que caducam dois maus contratos celebrados em 2016 pela Mesa Administrativa anterior.

De qualquer maneira, para além das necessárias obras de conservação, não obstante ser um edifício de construção recente, temos o sistema de climatização (aquecimento e arrefecimento) a funcionar e implementou-se um sistema de controlo que disciplinou a utilização do parque de estacionamento.

Por outro lado, a Misericórdia já não tem qualquer responsabilidade pela marcação das consultas, restringindo-se o serviço da nossa Instituição ao serviço de limpeza e de portaria.

NOTAS FINAIS

Na execução orçamental conseguiu-se um resultado positivo de € 159.643,41 o qual vem na sequência dos resultados positivos da gestão desta Mesa Administrativa desde 2017.

Salienta-se que o orçamento para 2023 previa um resultado positivo de € 29.180,61, que foi largamente ultrapassado.

Em 2023 conclui-se o pagamento em prestações às trabalhadoras dos € 132.446,44 de retroativos que não tinham sido considerados pela Mesa Administrativa anterior aquando da aplicação da tabela salarial de 2016.

Renovamos, aqui, o nosso agradecimento a todos os trabalhadores que aceitaram que este pagamento fosse efetuado em prestações para não criar desequilíbrios financeiros à Misericórdia.

Em meu nome pessoal e em nome da Mesa Administrativa, muito agradeço o apoio dado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelos restantes membros desta Mesa, pelo Definitório e muito especialmente pelo seu Presidente, e por todos os trabalhadores, sem os quais não teria sido possível obter estes resultados e manter bem viva a Instituição.

Este documento foi aprovado, por unanimidade, na reunião da Mesa Administrativa de 22 de maio de 2024, propondo-se à Assembleia Geral que:

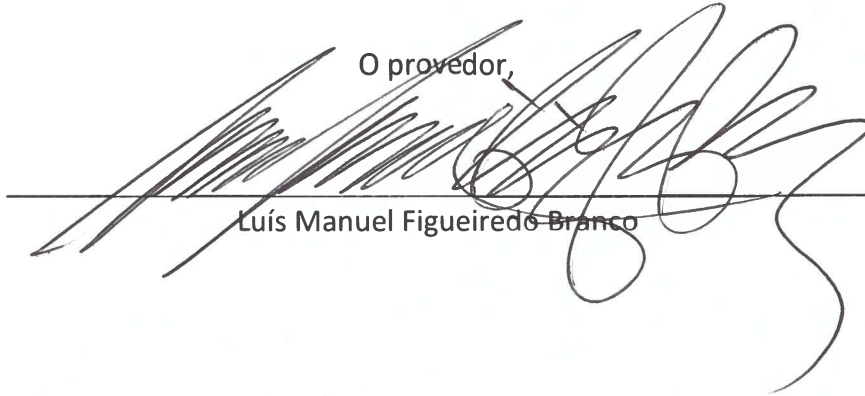
1. Seja aprovado o presente Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2023;
2. Seja transferido para a conta “Resultados Transitados” o resultado líquido do período de € 159.643,41.



Matosinhos, 22 de maio de 2023

Pela Mesa Administrativa

O provedor,



Luís Manuel Figueiredo Branco



MAPAS DE CONTAS DE 2023

ÍNDICE

- 1 – Balanço em 31 de dezembro de 2023

- 2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31-12-2023

- 3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios

- 4 – Fluxos de caixa

- 5– Anexo às demonstrações financeiras

- 6 – Resultados por valências e outras atividades

- 7 – Parecer do revisor oficial de contas

- 8 - Parecer do definitório



1 – Balanço em 31 de dezembro de 2023

Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2023

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Activo			
Activo não corrente			
Propriedades de investimento	6	1 848 589,23	2 123 197,38
Activos fixos tangíveis	6	5 348 063,70	4 374 123,61
Investimentos financeiros		7 079,34	7 434,95
Outros créditos e activos não correntes		0,00	0,00
		7 203 732,27	6 504 755,94
Activo corrente			
Inventários	8	23 583,81	20 089,11
Créditos a receber	13.2	32 246,15	11 551,33
Estado e outros entes públicos	14.1	1 693,64	1 087,96
Outros ativos correntes	13.2	240 395,18	157 643,42
Diferimentos	13.2	26 720,97	14 713,70
Caixa e depósitos bancários	4	690 940,98	720 725,10
		1 015 580,73	925 810,62
Total do Activo		8 219 313,00	7 430 566,56
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		57 379,22	57 379,22
Reservas		275 475,52	275 475,52
Resultados Transitados		2 912 391,92	2 766 177,40
Outras variações nos fundos patrimoniais	6.1	4 220 896,90	3 297 088,58
		7 466 143,56	6 396 120,72
Resultado líquido do período		159 643,41	146 214,52
Total dos fundos patrimoniais		7 625 786,97	6 542 335,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	34 289,18	69 574,14
Financiamentos obtidos	14.6	0,00	0,00
		34 289,18	69 574,14
Passivo corrente			
Fornecedores, c/c	13.2	38 407,89	36 927,02
Fornecedores imobilizado	14.6	5 955,55	180 427,95
Estado e outros entes públicos	14.1	60 413,27	53 528,07
Diferimentos		0,00	75 252,06
Financiamentos obtidos	14.6	0,00	32 244,20
Outros passivos correntes	13.2	454 460,14	440 277,88
		559 236,85	818 657,18
Total do Passivo		593 526,03	888 231,32
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		8 219 313,00	7 430 566,56

O contabilista certificado


Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa





2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31-12-2023

Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro em 2023

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	14.2	721 901,52	672 974,99
Subsídios, doações e legados à exploração	11.2	2 039 547,04	1 725 796,64
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.3	-177 302,40	-159 172,65
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-532 693,39	-462 274,70
Gastos com o pessoal	13.3	-2 541 327,62	-2 270 219,15
Imparidade de dívidas a receber	13.2	5 927,24	-9 426,74
Provisões (reduções)	10.1	0,00	42 604,68
Outros rendimentos e ganhos	14.5	836 845,56	787 336,14
Outros gastos e perdas	14.4	-11 122,19	-12 045,25
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		341 775,76	315 573,96
Gastos de depreciação e de amortização	6.2	-181 116,92	-169 496,81
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		160 658,84	146 077,15
Juros e rendimentos similares obtidos	14.6	0,00	217,57
Juros e gastos similares suportados		-1 015,43	-80,20
Resultado antes de impostos		159 643,41	146 214,52
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		159 643,41	146 214,52

O contabilista certificado

A Mesa Administrativa




Manuel F.M. Moreira





3 – Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios

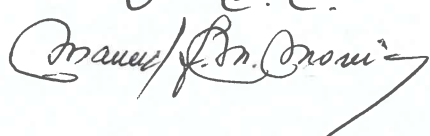
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS						
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - Ano 2023						
Unidade Monetária: EURO						
DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Outras variações patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	57 379,22	275 475,52	3 371 678,31	2 587 504,10	178 673,30	6 470 710,45
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	6 885,78	0,00	0,00	6 885,78
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	-6 649,34			-6 649,34
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	-74 826,17	178 673,30	-178 673,30	-74 826,17
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	146 214,52	146 214,52
Resultado integral					-324 887,82	71 624,79
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	57 379,22	275 475,52	3 297 088,58	2 766 177,40	146 214,52	6 542 335,24
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	57 379,22	275 475,52	3 297 088,58	2 766 177,40	146 214,52	6 542 335,24
Alterações no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	5 715,70	0,00	0,00	5 715,70
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	-6 649,34	0,00	0,00	-6 649,34
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	924 741,96	146 214,52	-146 214,52	924 741,96
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	159 643,41	159 643,41
Resultado integral					159 643,41	1 083 451,73
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	57 379,22	275 475,52	4 220 896,90	2 912 391,92	159 643,41	7 625 786,97

O.C.C.




4 – Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos			
Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		705 924,44	702 582,17
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-731 466,37	-600 571,53
Pagamentos ao pessoal		-2 570 793,79	-2 212 945,86
Caixa gerada pelas operações		-2 596 335,72	-2 110 935,22
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-21,76	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		2 639 258,70	2 414 730,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		42 901,22	303 795,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-1 054 921,26	-272 216,35
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-178,77
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	10 000,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		320,43	0,00
Subsídios ao investimento		1 009 380,94	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	217,57
Dividendos		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-45 219,89	-262 177,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		5 715,70	6 885,78
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-32 244,20	-77 283,01
Juros e gastos similares		-936,95	-80,20
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-27 465,45	-70 477,43
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-29 784,12	-28 859,45
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	720 725,10	749 584,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	690 940,98	720 725,10
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-29 784,12	-28 859,45

O. e. e.




5– Anexo às Demonstrações Financeiras

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos ("SCM Matosinhos") é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia "corporais e espirituais", gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

2.2. Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro 2022, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF-ESNL").

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante disponível, incluindo os acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

a) Ativos intangíveis



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas,

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2010, encontram-se registados:

(a) ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, ou

(b) não existia informação completa e adequada que assegurasse a aplicação do critério referido na alínea anterior, os correspondentes ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo montante determinado de acordo com o justo valor aproximado à data de 1 de janeiro de 2019, o qual foi determinado da seguinte forma: para os edifícios onde na escritura era mencionado o valor do imóvel, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e para os prédios doados sem valorização, foi considerado o valor constante no registo matricial - Valor Patrimonial Tributário.

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em Instituições associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

g) Instrumentos financeiros

i. Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os créditos a receber e Outros ativos correntes são registadas pelo seu custo (valor nominal) e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

receber (perdas/ reversões) ", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período. O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iii. Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a Outros passivos correntes que não vencem juros são registadas pelo seu custo (valor nominal). O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um Ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

i) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

k) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

l) Eventos subsequentes



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 22 de Maio de 2024, data em que foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

m) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 incluem, nomeadamente, a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, o registo de provisões e das perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar ou de reduzir consideravelmente as suas operações no curto prazo, mantendo a capacidade para cumprir os seus fins, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2023 e 31.12.2022, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa		
Caixa sede	768,84 €	768,84 €
Caixa Parque U.D.	4.553,55 €	0,00 €
Total	5.322,39 €	768,84 €
Depósitos bancários		
Depósito à ordem	685.597,32 €	719.956,26 €
Total	685.597,32 €	719.956,26 €
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	690.940,98 €	720.725,10 €

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem quaisquer restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas de Caixa e depósitos bancários.

5. Ativos intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis - outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

- b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

- c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

Ativos intangíveis - outros	Ano 2023		Ano 2022	
	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade
Programas de computador	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€
TOTAL	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€

- d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

Amortizações do exercício - outros	Ano 2023	Ano 2022
Programas de computador	0,00€	0,00€
TOTAL	0,00€	0,00€

- e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2023 e em 2022 são os que se seguem:

2023	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2023	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2023	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LIQUIDO	-	-	-	-	-
2022	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Saldo em 1/1/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LIQUIDO	-	-	-	-	-

6. Ativos tangíveis e Propriedades de investimento

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis e Propriedades de Investimento:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis e propriedades de investimento encontram-se mensurados estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Na sequência dos pareceres, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, que referiam a existência de imóveis, adquiridos ou doados, que não haviam sido registados na contabilidade, a Mesa Administrativa como resposta, procedeu ao levantamento e estudo de todos os edifícios doados e herdados. Nos pareceres, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, esta situação, foi nos últimos anos assinalada, tendo sido dado como resposta na ocasião pela Mesa Administrativa, de que estava a ser feito o levantamento e estudo sobre todos os edifícios doados e herdados.

Efetuada a conferência da quase totalidade dos edifícios e os seus registos matriciais, procedeu-se à sua valorização, tendo sido acordado pelos diversos Órgãos Sociais desta Instituição, nomeadamente a Mesa Administrativa e o Definitório, que, para os edifícios que tinham escritura onde era mencionado o seu valor, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e que para os prédios doados sem valorização, fosse considerado o valor constante no registo matricial.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

Efetuada a contabilização da incorporação dos edifícios doados, foram os valores registados, no exercício de 2019, pelo valor total de 3.504.541,88€ na conta 59411 – Doações de Edifícios, sendo 2.024.194,53€ na conta 42 - Propriedades de Investimento e os restantes 1.480.347,35 na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis – Edifícios e Outras Construções.

Esta Instituição, apesar dos seus grandes esforços, ainda continua na busca de todos os registos referentes a doações, testamentos e demais documentação existente, tendo registado já algumas regularizações necessárias ao total esclarecimento e registo final de todas as irregularidades ainda omissas da contabilidade. Estão em curso regularizações desejadas provenientes das várias negociações com os proprietários ou coproprietários atuais.

É um trabalho bastante complicado e demorado que julgamos ver resolvido nos próximos meses, podendo, finalmente proceder, a todas as regularizações contabilísticas urgentemente necessárias.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

No caso dos imóveis doados à SCM Matosinhos e, de acordo com a Portaria 218 de 23 de julho de 2015, as Entidades do setor não lucrativo podem registar a crédito o valor do imóvel na conta 59411 – Doações de Edifícios e anualmente registam na conta 7883 - Imputação de Subsídios e doações de ativos tangíveis a contrapartida das amortizações efetuadas em gastos de forma a que o impacto no resultado líquido dos referidos imóveis seja nulo.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% - 2,00%
Equipamento básico	2 – 8	50,00% - 12,50%
Equipamento de transporte	4 – 5	25,00% - 20,00%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% - 10,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25,00%

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2023	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2023	2.483.237,19€	5.445.537,31€	581.927,82€	152.363,92€	223.361,37€	150.470,02€	461.320,57€	9.458.218,20 €
Adições	0,00€	10.559,50	14.451,47€	39.251,24€	27.095,92€	0,00€	789.090,73	880.448,86 €
Transferências e abates	-177.875,15€	177.875,15€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00 €
Saldo em 31/12/2023	2.285.362,04€	5.633.971,96 €	576.379,29 €	191.615,16 €	250.457,29 €	150.470,02€	1.250.411,30 €	10.338.667,06 €
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2023	340.039,81€	1.708.074,33€	461.267,51€	125.344,19€	191.351,19€	134.820,13€	0,00€	2.960.897,21 €
Adições	96.733,00€	44.908,29€	12.575,15	21.276,93	1.271,81	4.351,75	0,00€	181.116,92 €
Transferências e abates	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00 €
Saldo em 31/12/2023	436.772,81€	1.752.982,66 €	473.842,66 €	146.621,12 €	192.623,00 €	139.171,88 €	0,00€	3.142.014,13 €
VALOR LÍQUIDO	1.848.589,23€	3.880.989,30€	102.536,63	44.994,04	57.834,29	11.298,14	1.250.411,30 €	7.196.652,93 €



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

2022	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2022	2.285.362,04€	5.445.537,31€	591.584,21€	121.252,69€	209.849,53€	146.780,02€	258.914,69€	9.059.280,49€
Adições	177.875,15€	0,00€	4.173,40€	31.111,23€	13.511,84€	3.690,00€	202.405,88€	432.787,50€
Transferências e abates	0,00€	0,00€	-33.829,79€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-33.829,79€
Saldo em 31/12/2022	2.463.237,19€	5.445.537,31€	561.927,82€	152.363,92€	223.361,37€	150.470,02€	461.320,57€	9.458.218,20€
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2022	241.786,81€	1.662.110,16€	485.448,76€	113.880,07€	188.952,39€	133.052,00€	0,00€	2.825.230,19€
Adições	98.253,00€	45.964,22€	9.648,54€	11.464,12€	2.398,80€	1.768,13€	0,00€	169.496,81€
Transferências e abates	0,00€	0,00€	-33.829,79€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-33.829,79€
Saldo em 31/12/2022	340.039,81€	1.708.074,38€	461.267,51€	125.344,19€	191.351,19€	134.820,13€	0,00€	2.960.897,21€
VALOR LIQUIDO	2.123.197,38€	3.737.462,93€	100.660,31€	27.019,73€	32.010,18€	15.649,89€	461.320,57€	6.497.320,99€

Em 2023 e 2022 os investimentos realizados na rubrica de ativos fixos tangíveis estão essencialmente relacionados com o investimento para a construção de dois lares (ativos em curso), despesas para a construção de um parque infantil e a aquisição de uma viatura em 2023 no valor de 39.251,24 euros. As despesas com os lares estão relacionadas com estudos e projetos executados bem como com a empreitada relacionada com o novo Equipamento Residencial para Pessoas Idosas sito na Rua Fernando Cayolla.

O aumento em 2023 e 2022 na rubrica de propriedades de investimento estão relacionadas com investimentos de remodelação em diversos imóveis.

6.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados
Propriedades de investimento	96.733,00€
Edifícios e outras construções	44.908,28€
Equipamento básico	12.575,15€
Equipamento de transporte	21.276,93€
Equipamento administrativo	1.271,81€
Outros ativos fixos tangíveis	4.351,75€
TOTAL	181.116,92€

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Propriedades de investimento	436.772,81€	340.039,81€
Edifícios e outras construções	1.752.982,66€	1.708.074,38€
Equipamento básico	473.842,66€	461.267,51€
Equipamento de transporte	146.621,12€	125.344,19€
Equipamento administrativo	192.623,00€	191.351,19€
Outros ativos tangíveis	139.171,88€	134.820,13€
TOTAL	3.142.014,13 €	2.960.897,21€

7. Custos de empréstimos obtidos

7.1 Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

8. Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridas matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias	23.583,81€	20.089,11€
TOTAL	23.583,81€	20.089,11€

8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2023	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	20.089,11€	0,00€	20.089,11€
Perdas por imparidade em existência	0,00€	0,00€	0,00€
Compras	7.322,00	173.475,10€	180.797,10 €
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	23.583,81€	0,00€	23.583,81€
GASTO DO PERÍODO	3.827,30€	173.475,10€	177.302,40 €

2022	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	20.011,66€	0,00€	20.011,66€
Perdas por imparidade em existência	0,00€	0,00€	0,00€
Compras	3.091,60€	156.158,50€	159.250,10€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	20.089,11€	0,00€	20.089,11€
GASTO DO PERÍODO	3.014,15€	156.158,50€	159.172,65€



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

9. Réditos

9.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31/12/2023	31/12/2022
Vendas de mercadorias	7.786,22€	0,00€-
Prestações de serviços	714.115,30€	672.974,99€
Rendas de imóveis	665.127,23€	634.462,40€
Juros	0,00€	217,57€
TOTAL	1.387.028,75 €	1.307.654,96€

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

10.1 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No que respeita à "segurança no trabalho" em anos anteriores ocorreram alguns casos litigiosos relacionados com planos de segurança para alguns dos nossos estabelecimentos, que nos levaram à criação de provisão de 10.000,00€ para os respetivos processos judiciais em curso com a ANPC.

Neste exercício efetuaram-se algumas utilizações das provisões de anos anteriores, inscritas nos quadros abaixo indicados, na coluna "utilização", a saber:

Pessoal: Utilizações no exercício de 2023 e 2022: 35.284,96€ (2022: 90.591,22€), decorrente de pagamentos efetuados em 2023 e 2022. O valor remanescente refere-se a um processo em tribunal interposto por uma funcionária e que se prevê desfavorável para a Entidade.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

Descrição	Saldo 2022	Constituição	Utilizações e Reversões	Saldo 2023
Processos em curso:				
Pessoal	59.574,14€	0€	-35.284,96	24.289,18€
Inquilino	10.000,00€	0€	0€	10.000,00€
TOTAL	69.574,14€	0€	-35.284,96	34.289,18€

Descrição	Saldo 2021	Constituição	Utilizações e Reversões	Saldo 2022
Processos em curso:				
Segurança no trabalho - ANPC	10.000,00€	0€	-10.000,00€	0€
Pessoal	150.165,36€	0€	-90.591,22€	59.574,14€
Inquilino	10.000,00€	0€	0€	10.000,00€
TOTAL	170.165,36€	0€	-100.591,22€	69.574,14€

Segurança no trabalho – ANPC : 10.000,00 € : procedeu-se à sua reversão na totalidade, uma vez que, para além de termos cumprido com a maior parte das questões que deram origem às contraordenações, também nos foi comunicado pelo nosso advogado, Dr. António Manuel Pinto de Magalhães, que o prazo das contraordenações já prescreveu.

11. Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

11.1 Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2023, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades públicas:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.991.362,63
IEFP	Relacionado com rendimentos	13.174,36
Câmara de Matosinhos (a)	Relacionado com rendimentos	28.215,00
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	6.795,05€
TOTAL		2.039.547,04 €

(a) Subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos de forma de ressarcir parte dos gastos tidos com equipamento adquirido para a escola da Biquinha.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

A 31 de Dezembro de 2022, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades públicas:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.669.382,54€
IEFP	Relacionado com rendimentos	34.127,68€
Câmara de Matosinhos (a)	Relacionado com rendimentos	14.343,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	7.943,42€
TOTAL		1.725.796,64€

(b) Subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos de forma de ressarcir parte dos gastos tidos com equipamento adquirido para a escola da Biquinha.

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 22 maio de 2024.
No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2023.

13. Instrumentos financeiros

13.1 Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

13.2 Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

	2023 Quantia escriturada	2022 Quantia escriturada
Créditos a receber gerais	1.287,73€	2.141,09€
Créditos a receber inquilinos	3.433,62€	1.214,54€
Créditos a receber utentes	25.989,90€	15.177,44€
Créditos a receber Outros	299,40€	0,00€
Perdas por imparidade	0,00	-9.426,74€
Fundadores/Associados	1.235,50€	2.445,00€
Outros	0,00€	0,00€
Créditos a receber	32.246,15€	11.551,33€
Adiantamentos ao pessoal	1.253,40€	131,00€
Devedores por acréscimos de rendimentos	238.517,22€	152.977,78€
Outros	624,56€	4.534,64€
Outros ativos correntes	240.395,18€	157.643,42€
Diferimentos – Gastos a reconhecer	26.720,97€	14.713,70€
TOTAL	184.996,41€	184.996,41€

No período findo em 31 de dezembro de 2023 foram atualizadas as imparidades criadas para os saldos duvidosos de clientes e utentes, tendo a Instituição revertido os valores de imparidades acumuladas por considerar que não existem saldos em mora cuja realização é duvidosa com referência a 31-12-2023.

No que respeita aos acréscimos de rendimentos, incluído em "Outros ativos correntes", esta rubrica inclui, essencialmente, os apoios concedidos pela Segurança Social relacionado com a compensação salarial das educadoras prevista para o ano letivo de 2022/2023 no valor de 184.863,60€.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2023 Quantia escriturada	2022 Quantia escriturada
Fornecedores, c/ gerais	38.407,89€	36.927,02€
Fornecedores, imobilizado	5.955,55€	180.427,95€
Estado e o. entes públicos	60.413,27€	53.528,07€
Remunerações a liquidar	375.925,04€	359.343,85€
Pessoal – Acordos / Rescisão	40.500,00€	50.140,00€
Outros acréscimos de gastos	4.630,89€	11.687,17€
Credores diversos	33.404,21€	19.106,86€
Outros passivos correntes	454.460,14€	440.277,88€
Diferimentos	0,00€	75.252,06€
	559.236,85€	786.412,98€

A rubrica "Remunerações a liquidar" contém os seguintes valores:

Férias e encargos com férias	375.925,04€	341.885,72€
Retroativos a liquidar	0,00€	17.458,13€
TOTAL	375.925,04€	359.343,85€



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

13.3 Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	2.069.902,23€	1.799.475,59€
Indemnizações (acordos)	18.940,95€	79.394,46€
Encargos sobre remunerações	419.639,67€	364.582,97€
Seguros de acidentes de trabalho	20.099,58€	19.667,85€
Outros	12.745,19€	7.098,28€
TOTAL	2.543.350,62€	2.270.219,15€

O número médio de pessoas em 2023 foi de 141 (2022 128).

14. Outras informações

14.1 Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1.109,72€	1.087,96€
Imposto sobre o valor acrescentado	583,92€	0,00€
	1.693,64 €	1.087,96€
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	11.635,62€	12.419,70€
Contribuições para a Segurança Social	48.769,30€	40.887,09€
Otras tributações	8,35€	221,28€
	60.413,27€	53.528,07€

14.2 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2023 e 2022 distribuíram-se da seguinte forma:

	2023	2022
Vendas e prestações de serviços		
Mercado interno	721.901,52€	672.974,99€
Mercado externo	0,00€	0,00€
	721.901,52€	672.974,99€

Em 2023, o valor inclui vendas de mercadorias de 7.786,22€.

	2023	2022
Prestações de serviços		
Matrículas e mensalidades – utilizadores	597.275,17€	641.647,24€
Serviços secundários	62.837,08€	9.456,00€
Quotizações e joias	14.431,00€	5.015,50€
Outros	39.572,05	16.856,25€
	714.115,30 €	672.974,99€

A redução do montante de matrículas e mensalidades em 2023 deverá ser analisado com a variação positiva dos serviços secundários que incluem atividades extracurriculares.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

14.3 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2023 e 2022 a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	45.419,94€	21.188,68€
Serviços especializados: Trabalhos especializados	28.185,43€	25.566,69€
Serviços especializados: Conservação e reparação	150.852,84€	113.829,59€
Serviços especializados: Honorários	61.133,07€	54.824,87€
Serviços especializados: outros	9.946,71€	11.673,22€
Materiais	22.506,81€	17.210,10€
Energia e fluidos	107.094,18€	121.703,25€
Deslocações, estadas e transportes	3.376,32€	17.250,06€
Serviços diversos: Rendas e alugueres	7.253,94€	3.705,48€
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	39.875,81€	34.485,79€
Serviços diversos: Contencioso e notariado	819,70€	5.049,14€
Serviços diversos: Comunicação	9.171,13€	7.406,58€
Serviços diversos: Seguros	16.067,40€	11.510,53€
Serviços diversos	30.990,11€	16.870,72€
	532.693,39 €	462.274,70€

14.4 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no período de 2023 e 2022 a seguinte composição:

	2023	2022
Outros gastos e perdas		
Impostos	2.522,50€	2.702,00€
Gastos e perdas com investimentos financeiros	35,18€	158,31€
Quotizações	840,00€	1.065,00€
Custos com apoios financeiros concedidos	1.055,00€	1.100,00€
Correções relativas a períodos anteriores (a)	6.169,51€	6.967,17€
Outros	500,00€	132,97€
	11.122,19 €	10.273,02€
(a) Inclui em 2022 a verba de 3.154,14€ (2022: 4.555,98€) referente a regularizações de subsídios da Segurança Social do ano anterior		

14.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no período de 2023 e 2022 a seguinte composição:

	2023	2022
Outros rendimentos e ganhos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	138,20€	97,90€
Rendas e outros rendimentos em propriedade	665.127,23€	634.462,40€
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	14.490,00€	16.859,00€
Correções relativas a períodos anteriores	26.096,65€	27.886,15€
Restituição de impostos	4.340,35€	4.531,71€
Imputação subsídios e doações em amortizações do exercício	91.288,32€	81.475,51€
Alienações de equipamento (mais-valias) (a)	0,00€	10.000,00€
Juros Obtidos	0,00€	217,57€
Outros	35.364,81€	12.023,47€
	836.845,56 €	787.553,71€

(a) – Mais-valias de 10.000,00€ na venda do equipamento de otorrino existente, mas sem uso, na Unidade de Diagnóstico. Este equipamento, foi adquirido em 2009 pelo valor de 33.829,79€ e estava totalmente amortizado.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

De acordo com a Portaria 218/2015 de 14 de março, as ENSL podem contabilizar na conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, o valor relativo às doações de ativos tangíveis que foram doados à instituição. Deste modo, de acordo com o preconizado na referida Portaria, as doações associadas a ativos depreciables /amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

14.6 Financiamentos

A rubrica Financiamentos tem no período de 2023 e 2022 a seguinte composição:

	2023	2022
Financiamentos		
Bankinter (12 anos)	0,00€	32.244,20€
	0,00€	32.224,20€
Juros pagos		
Juros de financiamento	936,95€	0,00€
	936,95€	0,00€

14.7 Garantias prestadas

Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 14.6 encontram-se garantidos através da constituição de hipoteca sobre imóvel sito no Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Alfredo Cunha (registro nº 2908).

15. Passivos contingentes

A Mesa, com base na opinião do advogado sobre os processos em curso a 31 de Dezembro de 2023, considera que, como salvaguarda futura, deverão ser mantidas as provisões no montante global de € 34.289,18€ (ver nota 10).

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

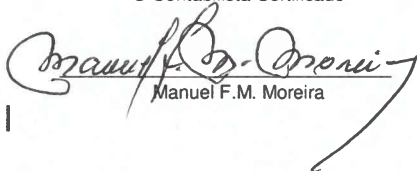
Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

17. Acontecimentos após a data do balanço

A Mesa Administrativa afirma que não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2023 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2023.

Matosinhos, 20 de maio de 2024

O Contabilista Certificado


Manuel F.M. Moreira



6 – Resultados por Valências e outras atividades

RESULTADOS POR VALÊNCIAS / CENTRO DE CUSTO - ANO 2023					
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS					
CONTAS		EQUIPAMENTO " O PARAÍSO"			TOTAL
Nº	NOMES	CRACHE	PRÉ-ESCOLAR	A. T. L.	
6	GASTOS E PERDAS				
61	Custos Mercadorias e Materias primas	13 872,32	24 211,21	6 985,73	45 069,26
612	Gêneros alimentícios	13 872,32	24 211,21	6 985,73	45 069,26
62	Fornecimentos e serviços externos	30 735,38	48 386,02	14 449,50	93 570,90
621	Subcontratos	5 947,20	10 379,59	2 994,86	19 321,65
622	Serviços especializados	14 775,93	21 187,23	6 357,17	42 320,33
623	Materiais	1 709,72	2 849,21	758,75	5 317,68
624	Energia e fluidos	2 595,98	4 457,04	1 346,53	8 399,55
626	Serviços diversos	5 706,55	9 512,95	2 992,19	18 211,69
63	Gastos com o pessoal	231 449,97	398 385,41	118 882,26	748 717,64
632	Remunerações com o pessoal	190 951,07	329 255,91	96 649,78	616 856,76
635	Encargos sobre remunerações	37 984,25	65 428,14	20 905,44	124 317,83
636	Seguros acidentes trabalho	1 407,00	2 309,00	804,00	4 520,00
638	Outros gastos com o pessoal	1 107,65	1 392,36	523,04	3 023,05
64	Gastos de depreciação e de amortização	2 253,11	2 253,11	1 126,55	5 632,77
642	De ativos fixos tangíveis	2 253,11	2 253,11	1 126,55	5 632,77
68	Outros gastos e perdas	999,39	1 741,13	506,32	3 246,84
688	Outros	999,39	1 741,13	506,32	3 246,84
	Total de gastos e perdas	279 310,17	474 976,88	141 950,36	896 237,41
7	RENDIMENTOS				
72	Prestações de serviços	74 755,80	125 784,46	35 285,13	235 825,39
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	48 249,80	125 784,46	35 285,13	209 319,39
725	Serviços secundarios	26 506,00	0,00	0,00	26 506,00
75	Subsidios, doações e legados à exploração	221 123,89	291 092,14	18 465,35	530 681,38
751	Subsidios do estado e o.entes públicos	221 123,89	291 092,14	18 465,35	530 681,38
76	Reversões de imparidades	1 114,65	1 114,65	557,32	2 786,62
78	Outros rendimentos e ganhos	10 020,22	8 261,44	150,85	18 432,51
	Total dos rendimentos e ganhos	307 014,56	426 252,69	54 458,65	787 725,90
	Resultado líquido	27 704,39	-48 724,19	-87 491,71	-108 511,51





RESULTADOS POR VALÊNCIAS / CENTRO DE CUSTO - ANO 2023					
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS					
CONTAS		EQUIPAMENTO - CENTRO INFANTIL MATOSINHOS			TOTAL
Nº	NOMES	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	A. T. L.	
6	GASTOS E PERDAS				
61	Custos Mercadorias e Materias primas	16 988,69	22 744,42	6 684,07	46 417,18
612	Mat.primas, subsidiárias e de consumo	16 988,69	22 744,42	6 684,07	46 417,18
62	Fornecimentos e serviços externos	39 853,02	52 684,63	16 600,35	109 138,00
621	Subcontratos	6 079,66	8 139,43	2 392,00	16 611,09
622	Serviços especializados	13 555,43	17 785,90	6 378,17	37 719,50
623	Materiais	2 240,79	2 909,76	863,89	6 014,44
624	Energia e fluidos	9 983,63	13 151,42	3 864,90	26 999,95
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	47,95	0,00	47,95
626	Serviços diversos	7 993,51	10 650,17	3 101,39	21 745,07
63	Gastos com o pessoal	262 017,32	349 720,42	104 807,13	716 544,87
632	Remunerações com o pessoal	214 123,04	286 953,93	85 796,43	586 873,40
635	Encargos sobre remunerações	44 990,06	58 793,32	17 639,27	121 422,65
636	Seguros acidentes trabalho	1 407,00	2 309,00	804,00	4 520,00
638	Outros gastos com o pessoal	1 497,22	1 664,17	567,43	3 728,82
64	Gastos de depreciação e de amortização	10 258,24	2 080,00	950,00	13 288,24
642	De ativos fixos tangíveis	10 258,24	2 080,00	950,00	13 288,24
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
6511	Cobranças duvidosas-Utentes	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	633,94	848,70	249,43	1 732,07
688	Outros gastos e perdas	633,94	848,70	249,43	1 732,07
	Total de gastos e perdas	329 751,21	428 078,17	129 290,98	887 120,36
	RENDIMENTOS				
72	Prestações de serviços	53 259,67	106 582,84	46 287,36	206 129,87
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	32 169,17	106 582,84	46 287,36	185 039,37
725	Serviços secundários	21 090,50	0,00	0,00	21 090,50
75	Subsidios, doações e legados à exploraç	274 284,58	274 744,61	28 408,25	577 437,44
751	Subsidios do estado e o.entes públicos	273 659,58	274 744,61	28 408,25	576 812,44
753	Donativos	625,00	0,00	0,00	625,00
76	Reversões de imparidades	559,96	559,96	279,98	1 399,90
78	Outros rendimentos e ganhos	3 193,50	0,00	0,00	3 193,50
788	Outros ganhos	3 193,50	0,00	0,00	3 193,50
	Total dos rendimentos e ganhos	331 297,71	381 887,41	74 975,59	788 160,71
	Resultado líquido	1 546,50	-46 190,76	-54 315,39	-98 959,65



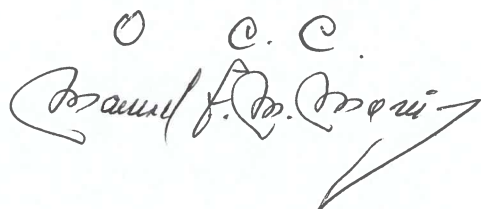


RESULTADOS POR VALÊNCIAS / CENTRO DE CUSTO - ANO 2023				
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MATOSINHOS				
CONTAS		EQUIPAMENTO - BIQUINHA		TOTAL
Nº	NOMES	CRACHE	PRÉ-ESCOLAR	
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	14 024,24	14 596,65	28 620,89
612	Géneros alimentícios	14 024,24	14 596,65	28 620,89
614	Medicamentos e artigos de saúde	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	32 217,53	35 679,56	67 897,09
621	Subcontratos	4 648,73	4 838,47	9 487,20
622	Serviços especializados	12 547,99	14 450,17	26 998,16
623	Materiais	1 775,42	1 932,04	3 707,46
624	Energia e fluídos	5 983,36	6 266,83	12 250,19
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	0,00
626	Serviços diversos	7 262,03	8 192,05	15 454,08
63	Gastos com o pessoal	244 782,34	274 764,85	519 547,19
632	Remunerações com o pessoal	200 857,28	228 797,61	429 654,89
635	Encargos sobre remunerações	41 328,28	42 442,34	83 770,62
636	Seguros acidentes trabalho	1 407,00	2 309,00	3 716,00
638	Outros gastos com o pessoal	1 189,78	1 215,90	2 405,68
64	Gastos de depreciação e de amortização	4 634,37	1 325,00	5 959,37
642	De ativos fixos tangíveis	4 634,37	1 325,00	5 959,37
68	Outros gastos e perdas	282,32	293,84	576,16
688	Outros gastos e perdas	282,32	293,84	576,16
	Total de gastos e perdas	295 940,80	326 659,90	622 600,70
7	RENDIMENTOS			
72	Prestações de serviços	40 412,08	73 271,88	113 683,96
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	37 996,08	64 146,88	102 142,96
725	Serviços secundários	2 416,00	9 125,00	11 541,00
75	Subsidios, doações e legados à exploração	266 768,51	145 078,44	411 846,95
7511	Subsidios estado e o.entes públicos S.Social	252 706,01	131 015,94	383 721,95
7513	Câmara Municipal Matosinhos	14 062,50	14 062,50	28 125,00
76	Reversões de imparidades	513,10	513,10	1 026,20
78	Outros rendimentos e ganhos	1 363,08	1 363,08	2 726,16
788	Outros ganhos	1 363,08	1 363,08	2 726,16
	Total dos rendimentos e ganhos	309 056,77	220 226,50	529 283,27
	Resultado líquido	13 115,97	-106 433,40	-93 317,43





RESULTADOS POR VALÊNCIAS / CENTROS DE CUSTO - ANO 2023				
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS				
CONTAS		INTERNATO	CENTRO DE DIA	APOIO DOMICILIÁRIO
Nº	NOMES	PIJOVENS	3ª IDADE	A IRMÃOS
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	24 472,06	28 433,82	461,89
611	Géneros alimentícios	21 534,19	28 433,82	461,89
614	Medicamentos e artigos de saúde	2 937,87	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	71 392,74	32 032,40	5 375,99
621	Subcontratos	0,00	0,00	0,00
622	Serviços especializados	30 217,61	12 362,59	1 510,68
623	Materiais	2 960,55	1 049,94	212,80
624	Energia e fluidos	16 322,88	7 972,28	2 695,60
625	Deslocações, estadas e transportes	2 375,96	898,30	0,00
626	Serviços diversos	19 515,74	9 749,29	956,91
63	Gastos com o pessoal	283 723,62	103 723,01	45 143,06
632	Remunerações com o pessoal	233 561,86	82 510,67	38 093,79
635	Encargos sobre remunerações	46 260,18	18 120,84	6 490,21
636	Seguros acidentes trabalho	1 921,58	2 407,00	402,00
638	Outros gastos com o pessoal	1 980,00	684,50	157,06
64	Gastos de depreciação e de amortização	14 300,27	24 060,08	0,00
642	De ativos fixos tangíveis	14 300,27	24 060,08	0,00
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00
6511	Eem dívidas a receber-Utentes	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	4 408,01	35,18	0,00
688	Outros gastos e perdas	4 408,01	35,18	0,00
	Total de gastos e perdas	398 296,70	188 284,49	50 980,94
7	RENDIMENTOS			
72	Prestações de serviços	14 127,00	100 773,45	39 550,00
721	Mensalidades e serviços	0,00	100 773,45	39 550,00
725	Serviços secundários	14 127,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	455 048,95	63 542,07	0,00
751	Subsídios do estado e o.entes públicos	450 023,15	63 542,07	0,00
753	Donativos e abonos	5 025,80	0,00	0,00
76	Reversões (imparidades)	0,00	714,52	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	27 954,47	19 070,76	0,00
	Total dos rendimentos e ganhos	497 130,42	184 100,80	39 550,00
	Resultado líquido	98 833,72	-4 183,69	-11 430,94





RESULTADOS POR OUTRAS ATIVIDADES / CENTRO DE CUSTO - ANO 2023				
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS				
CONTAS		UNIDADE DIAGNÓSTICO	UNIDADE DIAGNÓSTICO	TOTAIS
Nº	NOMES	SAÚDE	PARQUE AUTO	
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	0,00	0,00	0,00
611	Mercadorias	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	68 083,10	9 699,58	77 782,68
621	Subcontratos	0,00	0,00	0,00
622	Serviços especializados	32 677,23	5 656,32	38 333,55
623	Materiais	309,43	332,00	641,43
624	Energia e fluidos	28 730,40	0,00	28 730,40
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	0,00
626	Serviços diversos	6 366,04	3 711,26	10 077,30
63	Gastos com o pessoal	27 797,17	0,00	27 797,17
632	Remunerações com o pessoal	23 086,62	0,00	23 086,62
635	Encargos sobre remunerações	4 105,84	0,00	4 105,84
636	Seguros acidentes trabalho	603,00	0,00	603,00
638	Outros gastos com o pessoal	1,71	0,00	1,71
64	Gastos de depreciação e de amortização	41 061,29	0,00	41 061,29
642	De ativos fixos tangíveis	41 061,29	0,00	41 061,29
65	Imparidades de Clientes	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	623,93	0,00	623,93
681	Impostos	562,50	0,00	562,50
688	Outros gastos	61,43	0,00	61,43
69	Gastos e perdas de financiamento	125,15	824,52	949,67
	Total de gastos e perdas	137 690,64	10 524,10	148 214,74
7	RENDIMENTOS			
71	Vendas	0,00	0,00	0,00
711	Mercadorias	0,00	0,00	0,00
72	Prestações de serviços	0,00	3 699,58	3 699,58
725	Serviços secundários	0,00	3 699,58	3 699,58
78	Outros rendimentos e ganhos	110 844,95	461,25	111 306,20
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00	0,00
786				
787	Rendimentos e ganhos em investimentos	110 844,95	461,25	111 306,20
788	Outros ganhos	0,00	0,00	0,00
	Total dos rendimentos e ganhos	110 844,95	4 160,83	115 005,78
	Resultado líquido	-26 845,69	-6 363,27	-33 208,96





RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO - ANO 2023			
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS			
C O N T A S		CASA DOS MILAGRES	INVESTIMENTOS
Nº	NOMES	LOJA COMERCIAL	PATRIMONIAIS
6	GASTOS E PERDAS		
61	Custos Mercadorias e Materias primas	3 827,30	0,00
611	Mercadorias	3 827,30	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	12 748,02	62 755,57
622	Serviços especializados	7 786,15	52 869,48
623	Materiais	1 058,91	1 543,60
624	Energia e fluidos	1 085,65	2 637,68
625	Deslocações, estadas e transportes	4,11	50,00
626	Serviços diversos	2 813,20	5 654,81
63	Gastos com o pessoal	20 733,37	75 397,69
632	Remunerações com o pessoal	17 537,30	60 667,89
635	Encargos sobre remunerações	2 593,07	12 556,72
636	Seguros acidentes no trabalho	603,00	1 407,00
638	Outros gastos com o pessoal	0,00	766,08
64	Gastos de depreciação e de amortização	7 508,19	69 306,71
642	De ativos fixos tangíveis	7 508,19	69 306,71
68	Outros gastos e perdas	0,00	500,00
69	Gastos e perdas de financiamento	0,00	65,76
	Total de gastos e perdas	44 816,88	208 025,73
7	RENDIMENTOS		
71	Vendas mercadorias	7 786,22	0,00
72	Prestações de serviços	326,05	0,00
723	Outras atividades	326,05	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	990,25	0,00
7512	Subsídios IIEFP	0,00	0,00
7531	Donativos	990,25	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	3 405,83	650 756,13
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	50,34	0,00
787	Rendimentos e ganhos em investimentos	0,00	577 573,74
788	Outros ganhos	3 355,49	73 182,39
	Total dos rendimentos e ganhos	12 508,35	650 756,13
	Resultado líquido	-32 308,53	442 730,40



7 – Parecer do Revisor Oficial de Contas



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 20161486

Edifício Scala
Rua de Vilar, 235 - 2.º andar
4050-626 Porto, Portugal

Tel. +351 22 608 01 40
Fax +351 22 608 01 49
geral@crowe.pt
www.crowe.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 8.219.313 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.625.787 euros, incluindo um resultado líquido de 159.643 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos concluiu durante o ano de 2019 a inventariação física de uma parte dos seus imóveis bem como a respetiva conciliação com os registos contabilísticos. Desta análise resultou a identificação de um conjunto de imóveis que não constavam dos registos contabilísticos. Tendo por base a análise efetuada e as normas contabilísticas em vigor, a Entidade procedeu ao registo dos referidos imóveis com um impacto de 3.504.542 euros nos ativos (nas rubricas de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis) e fundos patrimoniais nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019. Permanece ainda por concluir a conciliação de alguns imóveis bem como dos restantes bens do ativo fixo tangível cujo impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, não nos é possível aferir.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Crowe & Associados, SROC, Lda. é uma firma membro da Crowe Global, uma associação Suíça (Crowe Global).
Cada firma membro da Crowe Global é uma entidade legal separada e independente.

Escritório de Lisboa: Edifício Atlantis - Av. D. João II, 44C - Piso 1, Esc. 1.4 - 1990-095 Lisboa, Portugal

NIPC e Matricula 508 942 155 | Capital Social 51.300 Euros | Sede: Edifício Scala - Rua de Vilar, 235 - 2.º andar - 4050-626 Porto, Portugal

© 2022 Crowe & Associados, SROC, Lda.



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 20161486

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 20161486

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 23 de maio de 2024



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC
Registo na OROC n.º 1126
Registo na CMVM n.º 20160738



1/2
[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
PARECER DO DEFINITÓRIO

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, do vice-presidente, Prof. António Cunha e Silva, e da Secretária, D. Maria Manuela Costa Braga, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas e o Relatório de Atividades de dois mil e vinte e três, que mereceram o seguinte parecer:-----

Ponto um – O Definitório aprova as contas, o relatório de atividades e a proposta de aplicação de resultados do ano de dois mil e vinte e três, tal como lhe foram apresentados, que se traduzem num resultado positivo de cento e cinquenta e nove mil seiscentos e quarenta e três euros e quarenta e um cêntimos, resultado esse que é superior ao do ano anterior em treze mil quatrocentos e vinte e oito euros e oitenta e nove cêntimos, aumento este que se deve, principalmente, ao aumento dos subsídios recebidos. Merece também referência o acréscimo das vendas e serviços prestados, (quarenta e oito mil novecentos e vinte e seis euros e cinquenta e três cêntimos). -----

Apesar do exposto, o Definitório não deixa de salientar o crescimento elevado dos gastos com o pessoal (duzentos e setenta e um mil cento e oito euros e quarenta e sete cêntimos), tanto mais que são despesas que se refletirão em anos futuros. -----

Ponto dois – Continua a recomendar a manutenção da política visando a fiabilidade dos registos contabilísticos, nomeadamente no que respeita à contabilização do imobilizado, cuja real extensão ainda não está completamente apurada. -----

Ponto três – Os problemas quanto à exploração deficitária da Unidade de Diagnóstico mantêm-se, se bem que o défice da mesma tenha sido substancialmente reduzido. Os infantários (creche, pré-escolar e ATL) continuam a apresentar prejuízos significativos, que importa controlar. Em face do exposto e considerando os custos elevados com Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal e Gastos com Depreciação e Amortização, sabendo que atualmente a quase totalidade das receitas resulta do



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

2/2
LH

arrendamento de espaços e de subsídios, o Definitório é de opinião quanto à necessidade de efetuar um controlo mais efetivo dos custos. -----

Ponto quatro – O Definitório continua a sublinhar o nulo rendimento das aplicações financeiras da Instituição, entendendo, mais uma vez, que se deve procurar um emprego alternativo para as disponibilidades financeiras. -----

Ponto cinco – O Definitório, face aos ambiciosos projetos de investimento que a instituição pensa lançar nos próximos anos, recomenda uma forte política de prudência, garantindo-se previamente o financiamento necessário ao seu desenvolvimento. -----

Ponto seis – Debruçou-se ainda o Definitório sobre a conferência do Caixa e as conciliações bancárias, achando-as conforme as boas regras de contabilidade e controlo de gestão, merecendo, contudo, recomendações quanto à necessidade do efetivo controlo dos caixas do Parque de Estacionamento e da Casa dos Milagres, que recomendamos sejam objeto de organização e controlo. -----

Ponto sete – Pretende também o Definitório salientar o esforço desenvolvido pela Mesa Administrativa na dinamização da atividade da Instituição, bem como o rigor e capacidade de controlo do Departamento de Contabilidade da Instituição, desempenho que se acompanhou detalhadamente ao longo de todo o ano. -----

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

O Vice-Presidente

António Cunha e Silva

A Secretária

Maria Manuela Costa Braga